



Eixo Temático: GT3 – Planejamento urbano, direito à cidade e inclusão social

O caso da Favela da Margem da Linha como fonte de inspiração para a promoção de políticas públicas na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ

The case of the Margem da Linha slum as a source of inspiration for promoting public policies in the city of Campos dos Goytacazes/RJ

Pollyanna de Souza Carvalho¹

Allan Fábio da Silva Soares²

Joseane de Souza³

RESUMO

Este estudo, baseado em pesquisa bibliográfica e documental, é um mecanismo de sensibilização a profissionais, acadêmicos e autoridades locais para a observação das demandas da população da Favela da Margem da Linha, sobretudo, após o processo de remoção e resistência. Almejamos que o trabalho profissional e os estudos acadêmicos, articulados com as demandas sociais dos moradores, possam conduzi-los ao seu protagonismo na esfera pública da cidade, alterando a rota da agenda pública, pautada numa perspectiva dialogada e democrática. Concordamos que esta periferia urbana conseguiu barrar as estratégias autoritárias do poder público, enfrentando-o com apoios e parceiras. Por isso se torna fundamental o diálogo coletivo para a regulamentação das moradias, investimentos em projetos sociais e educacionais, diminuição da barreira de diálogo entre a comunidade e os representantes do poder público.

PALAVRAS-CHAVE: Favela da Margem da Linha; Campos dos Goytacazes/RJ; Políticas públicas.

ABSTRACT

This work, based on bibliographic and documentary research, is a way for raising a awareness among professionals, academics and local authorities to note the demands of the residents of the Margem da Linha slum, above all after the process of removal and social struggles. We wish that professional work and academic studies, combined with the social demands of the population, can lead them to play a leading role in the city's public sphere, changing the course of the public schedule, based on a dialogical and democratic notion. We think that this urban periphery has managed to block the authoritarian strategies of the public authorities, confronting them with support and partnerships. So, that's why collective dialog is essential for regulating housing, investing in social and educational projects, and reducing the barrier to dialog between the periphery and officials of the municipality.

KEYWORDS: Margem da Linha Slum; Campos dos Goytacazes/RJ; Public policies.

¹ Assistente Social formada pela Universidade Federal Fluminense. Mestre em Serviço Social – ESS/UFRJ. Especialista em Direitos Humanos e Movimentos Sociais – UESPI. Doutoranda em Políticas Sociais - UENF. E-mail: pollyannacecf@gmail.com

² Professor de Geografia formado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. Mestre em Políticas Sociais – UENF. Doutorando em Políticas Sociais - UENF. E-mail: allanfábio91@gmail.com

³ Professora associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), lotada no Laboratório de Gestão e Políticas Públicas (LGPP) do Centro de Ciências do Homem (CCH). Doutora e Mestre em Demografia pelo Cedeplar/FACE/UFMG.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho condensa reflexões realizadas em estudos monográficos (Soares, 2018; Carvalho, 2019) e em dissertação de mestrado (Carvalho, 2023), acerca do processo de segregação socioespacial, resistências e remoções na Favela da Margem da Linha, situada na cidade de Campos dos Goytacazes-RJ (Brasil). Nesse sentido, o objetivo do trabalho em tela é de sensibilizar os profissionais atuantes nas repartições públicas e privadas da cidade, acadêmicos e autoridades locais, para a observação das demandas concretas da população ainda presentes na supracitada Favela, especialmente após o processo de remoção urbana e de resistência.

Almejamos que o trabalho profissional e os estudos acadêmicos, articulados com as demandas sociais dos moradores, possam conduzi-los ao seu protagonismo na esfera pública da cidade, alterando a rota da agenda pública, pautada numa perspectiva dialogada e democrática, para a promoção de políticas públicas nas localidades. Vale ressaltar que estamos nos referindo tanto aos moradores que resistiram à remoção, quanto os que foram reassentados nos conjuntos habitacionais do Programa de Interesse Social (“Morar Feliz”)⁴.

Após a difusão dos boatos de remoção na localidade, os moradores começaram a ser reassentados nos conjuntos habitacionais do (“Morar Feliz”), a partir do ano de 2011, sob o pretexto de “risco social”. As autoridades locais relataram, à época, que os moradores habitavam áreas permeadas de alagamento, escapamento de gás e perigos em relação ao trem. Entretanto, o discurso foi uma estratégia deliberada para alocar os empobrecidos nos lugares mais segregados da cidade. O que a municipalidade não esperava era a presença da organização e resistência dos moradores, junto a apoios e parcerias, como o Centro Juvenil São Pedro (CJSP) – localizado na própria Favela, Universidades e Sistema Jurídico, o que nos inspira a pensar que o caso da Favela da Margem da Linha é uma fonte de protagonismo e resistência de seus moradores, especialmente de mulheres negras e pardas, na defesa de direitos, sobretudo a moradia.

Frente a esse desafio, utilizamos metodologicamente: a) pesquisa bibliográfica, a partir de Vasconcellos (2013), Negri (2010), Villaça (2011), Harvey (2005), Mota (2017), além de contributos acadêmicos realizados por Soares (2018) e Carvalho (2019; 2023); b) pesquisa

⁴ Mendes, Gomes e Siqueira (2014) expressam que tal programa é implementado com o objetivo de reassentar famílias que estão em territórios de risco, ou que perpassam situação de enchentes, alagamento, ou que estão sob as franjas de estradas e ferrovias. Também integra a perspectiva de construir casas em loteamentos populares e realocar sujeitos sociais removidos de favelas.

documental, composta, especialmente, de dados compilados por Carvalho (2023) através de depoimentos de moradores da Favela da Margem da Linha, contidos no Núcleo em Dinâmica Capitalista e Ação Política (NETRAD, Universidade Federal Fluminense-Campos).

Notamos que a Favela da Margem da Linha, antes mesmo das remoções, já era desenhada por fortes indícios do descaso público em relação à oferta de serviços públicos para com a população empobrecida, o que remonta a processos históricos de expropriação⁵ na cidade, sobretudo sob o recorte étnico-racial, de gênero e de classe. Os moradores são pioneiros na ocupação de um espaço urbano totalmente negligenciado pelo poder público, em relação à oferta de programas e projetos sociais e, especialmente, distanciados e silenciados de sua efetiva participação social da vida em comunidade, especialmente das esferas públicas.

Nessa perspectiva, mesmo com a Constituição Federal de 1988, em que assegura direitos sociais, resguardando a igualdade entre os homens e o seu acesso à saúde, trabalho, moradia, transporte, segurança, educação, além de sua participação social nas decisões da vida em sociedade, entre outras questões (Brasil, 1988), observamos diversos obstáculos à capilaridade desses direitos na Favela da Margem da Linha, especialmente em contexto de avanço de grupos de extrema direita e encabeçados por representantes financeiros e rentistas, alterando o uso e espacialidade urbana.

Para tanto, o trabalho está dividido em três subitens. O primeiro demarca a produção espacial do território em Campos dos Goytacazes, apresentando a “ralé” da cidade. O segundo aponta brevemente o contexto das remoções e resistências que se sucederam na Favela da Margem da Linha, apontando, no terceiro eixo, a importância de sua participação social nas esferas públicas da cidade, como a defesa dos direitos.

2 SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E A “RALÉ” BRASILEIRA: UMA APRESENTAÇÃO DA FAVELA DA MARGEM DA LINHA

A cidade de Campos (como é comumente chamada), é considerada de porte médio e tem muita importância para os municípios vizinhos, uma espécie de capital regional no norte fluminense. Historicamente, ocorreu uma supervalorização das regiões centrais em detrimento

⁵ O criador dessa expressão foi o pensador Karl Marx (s.a). Ele remonta ao final do século XV, com o declínio do feudalismo, para se pensar na pré-história do capital: a acumulação primitiva. Para tanto, houve a remoção do vínculo entre o produtor direto e a terra e, conseqüentemente, a produção de proletários livres, totalmente despojados de direitos, habitando à zona urbana, tornando-se, em alguns casos, assaltantes, moradores em situação de rua e disponíveis a qualquer serviço, sob a (des)proteção das autoridades públicas e condenados às leis sangrentas (Marx, s.a).

das periféricas, onde se instalaram as populações mais empobrecidas. Todo esse processo está relacionado a indústria sucroalcooleira instaurada na região (Faria, 2005).

As primeiras intervenções urbanísticas na planície goitacá datam do ano de 1902, feitas pelo engenheiro sanitário Saturnino Rodrigues de Brito, que por sua vez, estava interessado somente em reforçar os moldes burgueses de ocupação do centro. Assim, as reformas higienistas aumentaram um distanciamento físico e social entre a parte central e a periferia. Nas décadas de 20 e 30, do século XX, assim como em outras cidades do Brasil, ocorreram reformas de embelezamento no Centro de Campos. Por isso, os espaços foram ampliados e tiveram melhorias relacionadas a saúde e higiene. Na década de 40, os moradores das regiões periféricas se manifestaram pedindo intervenções que também os contemplassem. Para isso, o poder público integrou algumas áreas periféricas, nesse período já existiam quatro favelas na cidade e população era majoritariamente rural (Faria, 2005).

Faria (2005) ressalta também que as décadas de 50 e 40 foram marcadas pela intensificação das disparidades entre centro e periferia. Além disso, o período foi marcado por um significativo êxodo rural, em virtude do declínio do cultivo de café na região. As áreas centrais de Campos eram acessíveis para essa população oriunda do interior, com isso surgiram novas favelas.

A dicotomia centro periferia se intensificou ainda mais na década de 1980, e isso se tornou mais nítido com o declínio da cultura de cana-de-açúcar e o fechamento de usinas importantes no município. Esses processos intensificaram o êxodo rural, que gerou um crescimento populacional estrondoso, além de uma explosão de favelas nas franjas da cidade. A população urbana de Campos dos Goytacazes salta de 30% em 1940 para 70% em 1980, e as favelas que somavam apenas 4 chegam a 32 nos anos 80 (Faria, 2005).

O panorama histórico do desenvolvimento urbano e crescimento populacional das regiões centrais da cidade de Campos dos Goytacazes são fundamentais para entendermos as questões que serão apresentadas acerca da Favela da Margem da Linha, sobretudo a segregação socioespacial e as desigualdades.

Segundo relata Soares (2018) a supracitada favela surge em um desses fluxos migratórios ocorridos na zona rural campista. De fato, existia uma dinâmica de trabalho em que os cortadores de cana-de-açúcar ocupavam as casas da Usina do Queimado. Entretanto, muitos desses indivíduos foram demitidos e acabaram ficando sem moradia, nesse momento eles passaram a ocupar uma faixa de pasto existente entre a usina e a linha do trem juntamente com

os membros de suas respectivas famílias. Usar o espaço da margem da linha como moradia é uma solução momentânea frente a um problema maior: o desemprego.

A Favela Margem da Linha é a maior do município de Campos dos Goytacazes e dentro de suas dependências encontramos aspectos negativos no que se refere ao contexto de comunidades urbanas. Dentre esses problemas estão: falta de infraestrutura, ausência de serviços escolares e hospitalares, problemas de moradia, precariedade nas políticas de segurança pública e, sobretudo, assistência social que seja satisfatória para os moradores, como expressam Godoy, Oliveira e Aliprandi. (2015).

Na pesquisa de Godoy, Oliveira e Aliprandi (2015) os autores destacam que existiram investimentos em infraestrutura focados na Favela Margem da Linha. No entanto, essas alterações estavam longe de resolver toda a questão. Além disso, esses avanços são fruto de processos longos e trabalhosos para a população.

Para Mothé (2011), o crescimento no entorno da linha está restrito somente à favela, mas o entorno recebeu inúmeros empreendimentos que são importantes para compreensão das relações nesse local. Por isso, podemos dizer que a localidade passou a ser valorizada, embora fosse considerada periferia em relação ao centro campista. O processo de valorização traz um pacote de mudanças, sobretudo com iniciativas comerciais e de moradias. Todavia, os avanços citados não incluem a favela e seus moradores, pelo contrário, a demanda desses projetos desenvolvimentistas é que os moradores sejam removidos para que possa surgir uma elite local em detrimento dos que ocupavam essa parte do solo urbano antes.

Com isso, no entorno da favela surgiram posteriores a ela: o Shopping Boulevard, condomínios de alto padrão, Walmart (hoje Açaí Atacadista), condomínio vertical Recanto das Palmeiras, Atacadão Saara, academias, hotéis entre outros tipos de investimentos, sobretudo da parte do capital privado. A partir disso, podemos perceber que os primeiros moradores da Margem da Linha ficaram fragilizados e o poder público que deveria criar políticas para gerar melhorias para essa população passou a tentar removê-los para mais longe desse núcleo em que se encontravam.

O espaço formado no entorno da linha do trem e nas proximidades da BR 101 pode ser considerado um espaço diversificado e cada vez mais heterogêneo. Isso significa que o tipo de ocupação do solo é diverso, porém os primeiros a ocupar essa faixa de terra são os moradores da favela que, agora, são estranhos aos novos ocupantes que não os querem como vizinhos.

A linha do trem é o fator de maior importância dessa pequena história, mas não é a única estrutura a ser considerada, existe um muro que separa os moradores da favela dos

condomínios. Não importa se é o Recanto das Palmeiras (residencial popular) ou se é um dos condomínios de luxo, os muros são entraves a comunicação entre eles e a favela.

Os muros representam o que chamamos de autosegregação, o desejo dos moradores de condomínio por se sentirem seguros e separados daqueles que são mais pobres e que vivem nas proximidades. Por isso, a paisagem ao redor da favela está segregada, podemos perceber os níveis de acesso ao solo a partir do olhar sobre as moradias: Favela, condomínio popular e condomínios de alto padrão.

Nessa perspectiva, a respeito da segregação socioespacial, podemos dizer que não é um processo recente. Negri (2010) manifesta que a segregação é comum desde as comunidades mais antigas. Inclusive, como já foi dito, a Favela da Margem da Linha é uma das mais antigas de Campos, fruto de um processo desigual de formação do solo urbano.

Por esta lente, a segregação socioespacial é um conceito que estará sempre atrelado ao caráter urbano e à natureza espacial. Por isso, o termo se distancia de outros que podem se relacionar com a economia, a política e com a cultura, por exemplo. Sobre essa questão Sposito destaca que: “a segregação é dentre todos os conceitos e noções que tratam a dinâmica de segmentação socioespacial nas cidades, o que tem o maior grau de determinação no plano espacial (...)” (2013, p.66).

Além do mais, Vasconcelos (2013, p. 24) complementa que a palavra tem origem no latim *segrego* e traz como significado uma ideia de cercamento. O autor destaca também que os primeiros a utilizar o termo foram os sociólogos da Escola de Chicago que estudaram o crescimento da cidade a partir dos imigrantes que, naquele contexto, eram maioria.

Na perspectiva da Escola de Chicago, o processo de segregação representa uma espécie de disputa pela melhor parte residencial dentro da cidade. Nesse sentido, a ocupação gera homogeneidade por causa das características dos ocupantes a partir das estratégias na hora de escolher qual área se deve ocupar. Porém, sabemos que não são espaços homogêneos dentro das dinâmicas urbanas que conhecemos, sobre isso Sposito argumenta que:

É fato que as parcelas do espaço urbano às quais se associam a segregação caracterizam-se por forte homogeneidade interna, mas essa constatação é insuficiente por duas razões: -pode haver grande homogeneidade interna e não ocorrer segregação –quando há segregação, a forte homogeneidade interna do espaço segregado não é a explicação desse processo (2013, p. 64).

Villaça (2011) traz a contribuição que melhor reúne as definições que embasarão nosso debate com clareza sobre a realidade brasileira. Villaça considera todas as pesquisas feitas anteriormente e ainda avança na discussão com 6 (seis) pontos que, para ele, são significativos para compreensão da segregação socioespacial no Brasil: 1) Negar a forma clássica de

segregação, ou seja, os ricos ao centro e os pobres na periferia, essa análise é reducionista; 2) Historicizar a segregação; para o autor contar o contexto de formação de uma área ajuda a amenizar as limitações nas análises; 3) Mostrar como acontece a relação entre segregação e as demais estruturas sociais e urbanas; 4) Apontar a relação entre dominação e segregação, e mostrar a importância do espaço urbano no processo de dominação; 5) Abordar a segregação não por bairro, mas por região geral de uma cidade, certamente essa forma vai tornar a pesquisa mais ampla; 6) Está ligado a explicação do fenômeno, pois denunciá-la, descrevê-la ou medi-la não é suficiente (Villaça, 2011, p.38).

Para Villaça (2011) é impossível fazer uma leitura do Brasil a partir dos círculos concêntricos da Escola de Chicago, pois a proposta desses pesquisadores é apenas descritiva e não se articula com os demais acontecimentos da cadeia urbana. Além disso, a dinâmica centro x periferia apontada nesse modelo foi modificada uma vez que as classes sociais com mais poder aquisitivo, articuladas ao poder público cerceiam o domínio pela maior parte possível do solo urbano. Por isso, o centro não é o lugar somente das elites, nem a periferia o local dos pobres ou o oposto disso, nesse sentido as dinâmicas espaciais dentro da cidade se tornam cada vez mais densas e complexas (Soares, 2018).

Esse trabalho propõe uma análise de um fenômeno local, a Margem da Linha, que ao afunilarmos a questão chegamos em dinâmicas específicas para a cidade Campos dos Goytacazes. Entretanto, essas questões, ao serem aprofundadas, apontam para um problema antigo no contexto brasileiro: o capital esmagando a “ralé” e isso com forte patrocínio do poder público, que torna legalizada cada ação dos “poderosos endinheirados”.

Com isso, Negri (2010) aborda a presença de dois tipos de segregação: a voluntária e a involuntária. A segregação voluntária refere-se à escolha de viver em áreas separadas de forma deliberada. Em contraste, a segregação involuntária diz respeito àqueles que não escolheram habitar em locais periféricos. Na Margem da Linha percebemos que os moradores ocuparam essa faixa do solo por falta de opções e de recursos, ou seja, foram ocupantes involuntários diante da falta de mecanismos de direito à cidade. Os moradores posteriores e empreendimentos que chegaram à região seguem a outra dinâmica, a segregação voluntária e, por isso, desejam a saída dos ocupantes mais antigos.

Para Vasconcelos (2013, p. 27), o conceito correspondente à segregação voluntária é a “autosegregação”, que resulta de uma decisão consciente de grupos socialmente homogêneos. Um exemplo claro disso são os loteamentos e condomínios fechados, que possuem entradas controladas, muros e sistemas de segurança. O objetivo da autosegregação

é limitar o acesso de pessoas indesejadas às suas áreas de moradia e convivência, promovendo a aglomeração de indivíduos da mesma classe em um ambiente residencial defensivo, buscando a homogeneidade em vez da heterogeneidade. No contexto campista ocorre o mesmo fato mencionado anteriormente, os moradores da favela não são bem-vindos, mesmo que sejam os ocupantes pioneiros daquele local.

Um ponto inegável, amplamente discutido pelos autores sobre a segregação socioespacial, é que ela contribui para a desigualdade. Embora haja casos de bairros ricos próximos às favelas, é evidente que os mais abastados não têm a intenção de compartilhar sua convivência, mas sim de utilizar a mão de obra disponível.

O conceito de segregação socioespacial está intrinsecamente relacionado à desigualdade social, sendo um dos elementos fundamentais para demarcá-la. Para estabelecer essa conexão entre os dois conceitos, é necessário aprofundar a discussão sobre classes sociais.

Mesmo não tratando profundamente, neste estudo, das nomenclaturas, é importante abordar as contribuições do sociólogo Jessé Souza e como ele classifica as classes sociais formadas no Brasil. Para Souza (2014), as classes sociais brasileiras estão divididas em “endinheirados”, “classe média”, “batalhadores” e “ralé”. O autor também defende que o capital econômico não deve ser considerado como a única determinação de importância na vida social, precisamos também considerar capitais culturais e sociais. A partir disso, os moradores da Favela Margem da Linha são considerados a “ralé”.

O capital cultural é um elemento marcante para o sucesso ou fracasso na vida social, pois possibilita formas de proceder e agir no mundo em que está demarcado formas não refletidas pelos indivíduos que estão submetidos, primeiramente, à socialização no âmbito familiar e, em seguida na socialização no ambiente escolar (Souza, 2014).

A assimilação do capital cultural, que, como mencionado, começa durante a socialização familiar, permite que a classe média e os endinheirados perpetuem uma noção de superioridade em relação aos batalhadores e à ralé, como se isso fosse algo natural. Essa assimilação se dá por meio de estímulos afetivos direcionados aos filhos, que se tornam fundamentais para a reprodução da classe (Souza, 2017). Essa mentalidade é, então, transportada para a escola e, posteriormente, para o mercado de trabalho, resultando em uma situação em que as classes dominantes conseguem acessar cargas que se tornam praticamente inacessíveis para os batalhadores e para a ralé.

Jessé Souza classifica como batalhadores e ralé as classes mais baixas da pirâmide social no Brasil. Essas categorias representam os indivíduos que enfrentam superexploração e

precarização social, desempenhando um papel crucial na evidência da profunda desigualdade social existente no país. Apesar de discordar de Souza (2014), quando ele explicita que a ralé não tem capital cultural e está apática ao que acontece ao redor, podemos compreender essa divisão social impactando o entorno da Margem da Linha, além da precariedade que a estrutura social impõe a esses indivíduos.

Segundo Vasconcelos (2013), observa-se um processo de simbiose nas relações entre famílias que residem em bairros mais abastados e os trabalhadores que prestam serviços, como empregadas domésticas, babás, porteiros e caseiros. Esses profissionais, muitas vezes mal remunerados, procuram morar nas proximidades de seus locais de trabalho. Além disso, é importante destacar que a vista das áreas mais pobres não parece perturbar os moradores de imóveis de alto padrão em bairros vizinhos.

Souza (2014) destacou uma diferença significativa entre os batalhadores e a ralé, sendo a maior possibilidade de ascensão social um dos principais fatores que distinguem os primeiros. Embora a ralé também seja uma superexploração, muitas vezes é uma restauração da educação e marginalizada no mercado de trabalho. Isso a força a realizar atividades que dependem da força física, as quais são desgastantes e muitas vezes perigosas.

Além disso, os indivíduos pertencentes a essa classe vêm de famílias com poucos recursos, muitas vezes sem acesso à educação ou com poucos anos de escolaridade. Desde a infância, eles são obrigados a trabalhar para sobreviver em condições precárias, enfrentando desafios relacionados à moradia, saneamento básico, iluminação pública e lazer, decorrentes da falta de atuação do poder público. De acordo com Souza (2017), a ralé representa uma das principais questões sociais da atualidade de nosso país.

Estamos tratando nesse resumo sobre essa camada social, a ralé ou os mais pobres, esses que ocupam os piores lugares oferecidos dentro do território urbano e em seguida tem seu pedaço de terra colocado “xeque” quando se fala em empreendimento mais volumosos financeiramente. Esta é uma verdade enraizada também em Campos dos Goytacazes onde dinâmicas socioespaciais mais antigas se moldam a estrutura capitalista e impedem que direitos sejam assegurados a moradores nativos de uma favela em nome do desenvolvimentismo que o sistema financeiro vigente propõe. A seguir daremos detalhes das remoções e lutas na Favela Margem da Linha.

3 AS DUAS FACES DA EXPROPRIAÇÃO CONTEMPORÂNEA: RESISTENTES E REMOVIDOS

À luz da expropriação, como processo desencadeante para a constituição do capitalismo, é inegável que os detalhes sócio-históricos da cidade de Campos são indícios contínuos dessa lógica de exploração. Após a crise estrutural do capital, no ano de 1970, as expropriações se expressaram no campo dos serviços e direitos, erodindo as conquistas dos trabalhadores. Para Mota (2017) tal momento significou processos desencadeantes para a expropriação contemporânea, que atinge os segmentos deserdados das leis de proteção social. Com isso, ela destaca os processos de privatização, mercantilização e supressão de direitos sociais trabalhistas, como mecanismos centrais de atualização da reprodução capitalista. Tais expropriações são objeto de violências diversas e matéria-prima de manipulações ideológicas, que visam naturalizar os meios de precarização do trabalho e de sobrevivência da camada trabalhadora, pela pilhagem dos fundos públicos.

Nesta concepção, um caso na cidade que demonstra a continuidade do processo de expropriação é o da Favela da Margem da Linha, como apresentado. Os moradores perderam suas terras nas remoções, vínculos, empregos, redes de sociabilidade e o acesso aos equipamentos de uso coletivo. Seus direitos não só foram usurpados para a implantação do mercado imobiliário, mas foram suprimidos pelas ações públicas.

Herdeiros de sua condição étnico-racial preta e parda, tais moradores se tornaram reféns dos agentes imobiliários e rentistas, que passaram a se interessar pela Favela após a improdutividade das terras da Usina do Queimado, em sua falência no final da década de 1990. Diante disso, começou-se a difundir boatos, especialmente após 2009, de que a comunidade seria removida e reassentada nas moradias do Programa Habitacional de Interesse Social, o (“Morar Feliz”), em que se construiu casas em loteamentos populares, como visto por Mendes, Gomes e Siqueira (2014).

O (“Morar Feliz”) se constituiu a partir do ano de 2009 a 2016, através de iniciativa municipal. Com isso, remontamos à Harvey (2005) para compreender que a apropriação do espaço e a produção da segregação socioespacial não ocorrem sem a outorga do Estado e das autoridades públicas. A acumulação por espoliação, processo pulsante da sociedade atual, consegue expropriar todos os recursos materiais, ambientais, culturais dos trabalhadores, removendo a sua terra, o seu trabalho e quaisquer garantias de serviços (Harvey, 2004). Observamos que o supracitado programa de interesse social representou um produto de uma aliança alicerçada nos representantes do capital e das autoridades locais, fomentando mais processos de controle da pobreza e de segregação socioespacial da população. O discurso central difundido era de que a população habitava um território de “risco social”, por causa do

trem, alagamentos e escapamento de gás, entre outras questões. Contudo o discurso não se efetivou na realidade concreta, uma vez que os moradores já estavam habitando o território há anos e não ocorriam esses processos urbanos.

O processo de especulação imobiliária foi o grande causador da continuidade dos boatos e planejamento da remoção dos moradores. Diante disso, a comunidade se mobilizou desde o ano de 2011, a partir da criação do Projeto Socioassistencial intitulado: “Mobilização pela Defesa e Garantia de Direitos” (2011-2012), ratificado pelo Conselho Municipal de Assistência Social do município (Oliveira *et al.*, 2012). Outrossim, reativou-se a Associação de Moradores, para que a resistência começasse a ser tecida na defesa dos vínculos familiares e da moradia. Tudo isso ocorreu mediante o auxílio do Centro Juvenil São Pedro (CSJP), que é uma instituição filantrópica localizada na própria comunidade.

Houve duas manifestações distintas no processo de expropriação: aqueles que resistiram e aqueles que foram removidos. No tocante às pessoas que foram removidas, nota-se que algumas casas não tinham banheiro, nem espelhos, e condições de vida acessíveis. Além do mais, as famílias passaram por processos de coerção e conversas truncadas com os responsáveis pela remoção, tendo casas marcadas/pichadas e conversas coercitivas (de que deveriam acatar o processo de remoção). Isso causou, de certo modo, o medo do amanhã, do que estava por vir.

Deste modo, “(...) em maio de 2011, outra parte da mesma favela que se assentava às margens da BR 101 foi erradicada, e 380 famílias foram remanejadas para os conjuntos habitacionais Tapera I (“batizado” em 2015 de Condomínio das Lagoas), do Morar Feliz” (Faria, 2015, p. 66). Entrementes, no ano de 2012, Souza, Santos, Paes (2016) expressam que parte da comunidade se destinou ao conjunto habitacional da Tapera II. A localização desse conjunto se encontra longe do bairro Tapera, não possui acesso a BR-101 que liga o Bairro Ururaí, onde se situam os serviços básicos como escola, posto de saúde, creche e até mesmo o comércio. Não foi garantida a rota do transporte público e espaços de lazer, deixando a comunidade praticamente isolada.

Neste contexto, no último ano da remoção, em 2014⁶, Reginensi (2018, p. 2) manifesta que duas mil, cento e noventa e seis pessoas moravam na Favela, e trezentas e doze famílias decidiram se mudar para o conjunto do Morar Feliz⁷. Esses moradores foram reassentados na

⁶ “Dia 24/11/2014: famílias da Margem da Linha e de outras localidades começaram a ser transferidas para o conjunto habitacional Ururaí (...). Em dezembro de 2015, o processo foi concluído, e 468 famílias foram assentadas no conjunto” (Faria, 2015, p. 70).

⁷ Faria (2015, p. 74) expressa que no término do mês de dezembro de 2015, 468 pessoas tinham sido removidas para o conjunto habitacional da localidade de Ururaí.

localidade de Ururaí, conhecido como Tapera III. Depoimento denota a forma de comunicação estabelecida entre autoridades do município e os moradores.

[...] A prefeitura veio e nem perguntou se a gente queria sair, eles praticamente impuseram que a gente saísse, ou saía ou ficaria sem casa. Essas eram as palavras deles, também falaram ou vai para onde a gente colocar vocês, porque aqui tudo vai ser demolido. A gente não teve mais nada como aceitar ou não [...] (Depoimento de moradora 2, retirado do acervo do NETRAD/Universidade Federal Fluminense, 2019 – Carvalho, 2023, p. 92).

Como percebemos no depoimento de moradora, as ações do poder municipal não se assemelharam aos preceitos assegurados na Constituição Federal (1988), de preservar e garantir a moradia, como um direito legítimo. O diálogo autoritário e (anti)democrático reforça a tendência de a cidade ainda estar revestida de atitudes conservadoras e elitistas, mesmo que se apresente políticos com aspectos populistas.

Começamos a fazer o movimento social na comunidade, para poder falar o que acontecia. E eles vieram aqui e falaram que quem não fosse iria ficar sem casa, e as pessoas foram ficando com medo. Veio o pessoal da UFF, IFF (arquitetura) e UENF, e nos deu apoio. Eles pegaram firme conosco. Fizemos audiência pública no IFF e esquentou no dia. Esse pessoal da prefeitura pensa que somos ignorantes e queriam passar por cima da gente de qualquer maneira. Eles acharam que está vamos sozinhos, mas tivemos apoio das faculdades e entramos em contato com a defensoria pública (Depoimento de moradora 1, retirado do acervo do NETRAD/UFF, 2019 – Carvalho, 2023, p. 123).

Um momento ímpar da organização dos moradores foi o de poder contar com várias parcerias que se uniram contra o processo de remoção, já que o discurso de “risco” não se assentava no território. Era totalmente um discurso vazio, utilizado para remover e controlar a população em determinados locais desvalorizados do poder público, sob pretexto de garantir moradia popular através de um programa de habitação social. Veja-se que as faculdades se uniram a favor da resistência popular, o Centro Juvenil São Pedro e até mesmo o Sistema Jurídico. Inclusive, o saldo das remoções se findou mediante uma determinação da própria justiça⁸, uma vez que se não fosse desse modo, as remoções poderiam ter continuado até os dias atuais, por causa da valorização fundiária na região, junto aos representantes municipais e financeiros.

O caso da Favela da Margem da Linha demonstra que os moradores reassentados nos conjuntos do Morar Feliz, sobretudo em Ururaí, passam por situações de isolamento, sem o atendimento concreto de suas demandas de produção e reprodução social. Muitos desejam retornar à comunidade, como mostra Documentário (Da Margem da Linha a Tapera 3, 2018). Desejam retornar por causa dos vínculos, do emprego e dos costumes antigos, oriundos da

⁸ Cf: Godoy, Oliveira, Aliprandi (2015).

própria sociabilidade construída entre os moradores. Os moradores que se encontram na Favela, os resistentes, ainda sofrem com o ônus do processo de violência, sem infraestrutura, saúde e outras necessidades não atendidas pelas autoridades responsáveis.

4 A FAVELA DA MARGEM DA LINHA COMO FONTE DE INSPIRAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O retrato da Favela da Margem da Linha, nos dias correntes, nos mostra que ainda não foram acatadas a decisão da justiça de remoção do que restou após a expropriação, como ponderou Faria (2015). Isso reforça a opinião de Vieira (2018) de que a presença de entulhos, vergalhões e quaisquer objetos perfurantes, diminuem a oportunidade de retorno dos moradores, os fazendo desistir da luta e da antiga moradia. Na verdade, a remoção urbana na cidade de Campos/RJ não é um processo recente, pois ocorre desde a década de 1990 (Arruda, 2009). Esse período na cidade, final do século XX, é marcado pelo declínio da indústria sucroalcooleira e início do ciclo econômico ligado à cadeia de petróleo e gás natural (desde 1970). A cidade passou a ter notoriedade no cenário nacional e internacional em virtude de sua Bacia e, também, de municípios adjacentes com alto arrecadamento de *royalties*, como São João da Barra e Macaé.

A partir do alto arrecadamento de *royalties* na cidade de Campos/RJ (estimado neste ano em mais de 45 milhões)⁹, questiona-se como tem ocorrido a participação social da população, especialmente dos moradores removidos de seus territórios, como salientado sobre a Favela da Margem da Linha. Será que a população dos espaços segregados está conseguindo participar ativamente da esfera pública, reivindicando seus direitos, sobretudo nos Conselhos Municipais da cidade?

É sabido que apesar da alta arrecadação de *royalties*, não há para com a população empobrecida a distribuição equitativa de recursos, especialmente revestidos nos serviços urbanos. Apesar da existência dos Programas Sociais, como o Cartão Goitacá¹⁰ e Criança Feliz¹¹, além do Programa Bolsa Família¹² (de nível federal), a população se encontra refém da falta de serviços coletivos, como o transporte, emprego, moradia, alimentação, saúde, educação, infraestrutura, entre outras questões básicas de reprodução social, o que tem gerado vários

⁹ Folha 1 (2024).

¹⁰ É um programa de transferência de renda, com a finalidade de combater à fome e à pobreza na cidade (Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social de Campos dos Goytacazes, s.a).

¹¹ Possibilita com que famílias que possuam crianças entre 0 e 6 anos promovam o seu desenvolvimento integral mediante ferramentas (Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social de Campos dos Goytacazes, s.a).

¹² É um programa de transferência direta de renda para pessoas em situação de pobreza (possui condicionantes) (Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social de Campos dos Goytacazes, s.a).

conflitos sociais na cidade (Cf: Carvalho, 2019). Outrossim, cabe aqui também o benefício eventual estabelecido que se chama Mãe Coruja¹³.

Dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística salientam que há mais de 483 mil habitantes na cidade (Censo de 2022), em idade economicamente ativa (20-44 anos), tendo somente 105.994 pessoas ocupadas, cujo salário médio é de 2,2 salários-mínimos. Quanto à educação, a posição do município em comparação a outras cidades do estado é sempre pífia. Só a exemplo, em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), no ano de 2021, anos iniciais do ensino fundamental na rede pública era 4,7 e para os anos finais, de 4.3, quando comparado a outros municípios do estado ficava nas posições 85 e 80 de 92. Já, quando comparado com outros municípios do Brasil, ficava nas posições 4177 e 3810 de 5570. E, não adianta dizer que faltam recursos para otimizar tais demandas, porque arrecadamento é o que não falta. Só em 2021 o Produto Interno Bruto (PIB) per capita era de 72.243,98, ficando na posição 14 de 92 municípios do estado.

Os dados não enganam como se apreende. Por si só, demonstram a extrema precarização urbana que as populações empobrecidas estão acometidas, frente a acumulação de riquezas. Por isso, defendemos que sua participação na esfera pública, exercendo o controle social, é de extrema importância.

Controle social refere-se à possibilidade que a população tem de contribuir para o desenvolvimento democrático de políticas públicas, decisões governamentais e serviços públicos. Quando pensamos em participação na gestão pública, estamos tratando de formas que os cidadãos dispõem para contribuir positivamente para os resultados da ação estatal (...). O controle social, portanto, é entendido como a participação do cidadão e de suas representações na gestão pública. Trata-se de um mecanismo de prevenção da corrupção, de fortalecimento da cidadania e de consolidação da democracia. Para que os cidadãos possam desempenhá-lo de maneira eficaz, é importante que recebam orientações sobre como podem colaborar com as ações do Estado (Bezerra, 2021).

A Constituição Federal (1988) foi um marco regulador central no que toca à participação social da população. Bezerra (2021) aponta que é permitido ter audiências públicas com entidades da sociedade civil, participação do usuário na administração pública, e participação da sociedade como diretriz de um serviço – especialmente público, além da participação mediante o voto.

Nesse contributo, Diegues (2013)¹⁴ aponta que após a CF/88, os conselhos municipais de políticas públicas se constituíram como canais centrais no processo de descentralização das

¹³ Destina-se a auxiliar gestantes e puérperas com Kit Enxoval para os seus bebês (Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social de Campos dos Goytacazes, s.a).

¹⁴ “A transferência da gestão das políticas públicas aos municípios foi sem sombra de dúvida umas das principais novidades trazidas pela Constituição de 88” (Diegues, 2013, s.p).

políticas públicas, apresentando-se como um local fértil de diálogo e criação de novas relações entre o Estado e a sociedade, possibilitando, assim, que a sociedade civil consiga acessar às instâncias decisórias.

Nessa perspectiva que refletimos sobre a situação da Favela da Margem da Linha. Será que as suas demandas foram levadas de forma cabal aos Conselhos de Direitos, especialmente ao Conselho Municipal de Assistência Social? Tal Conselho:

(...) É o órgão que reúne representantes do governo e da sociedade civil para discutir, estabelecer normas e fiscalizar a prestação de serviços socioassistenciais estatais e não estatais no município. A criação dos conselhos municipais de assistência social está definida na Lei Orgânica da Assistência Social – Lei nº 8.742/1993 (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, 2023).

A Política de Assistência Social, juntamente com as políticas públicas de Saúde e Previdência Social, foram consolidadas como a tríade da Seguridade Social, com destaque para os direitos dos cidadãos e dever do Estado em seu provimento (Brasil, 1988). Com isso, a Política de Assistência Social é a responsável pela oferta de serviços e benefícios à população, visando a redução dos riscos e de vulnerabilidade social, decorrentes da pobreza, da falta de emprego, das calamidades públicas, enfim, de momentos em que os cidadãos se encontram (des)protegidos. Segundo Kowarick (2009) a vulnerabilidade socioeconômica reflete à condição pela qual os sujeitos se encontram (des)protegidos em relação à oferta de saúde, educação, habitação, trabalho e, além disso, se encontram (des)protegidos da violência do dia a dia, das humilhações, extorsões, espancamentos e mortes.

Estes detalhes são importantes para analisar que as expressões da expropriação têm cor, classe e gênero. Há de se observar a carência de serviços públicos nas localidades de quem resistiu ao processo de remoção na Favela da Margem da Linha, e de quem foi reassentado nos conjuntos habitacionais. Não foi assegurado o digno tratamento de esgoto, de energia elétrica, de infraestrutura e saneamento, além de transporte público e postos de saúde. Uma dimensão da vida social muito requerida pelos habitantes que resistiram é a necessidade de ter um posto de saúde na localidade, tendo em vista a presença de idosos e crianças com problemas de saúde, além da segurança e saneamento básico. A situação dos reassentados é de isolamento.

Relatos demonstram que houve problemas no momento da mudança dos moradores, no ano de 2014, em virtude da falta de energia elétrica, do término adequado das casas, da segurança (casos de violência), enfim, ainda há muitos desafios para os habitantes da Favela da Margem da Linha. Esses desafios precisam integrar o rol de demandas para a agenda pública municipal, sobretudo nos Conselhos de Direitos. A comunidade é um retrato fiel de uma resistência tecida em prol da defesa de direitos e esse protagonismo popular é um marco

histórico para a região: a comunidade enfrentou o poder público e suas artimanhas para a segregação de parte de sua população. Depoimento de moradora demonstra a situação em Ururá, onde parte da comunidade foi reassentada no ano de 2014.

As pessoas que foram para lá estão arrependidas, não tem nada naquele lugar, e sem direito a nada, sem ter ônibus direito, posto, escola. Elas perderam vínculo comunitário. Aqui é uma reta, a vizinha toma conta do seu filho quando você precisa. Lá acabou o vínculo comunitário. As pessoas lá sofreram assaltos, morreram atropeladas, violência, insegurança (Depoimento de moradora 1, retirado do acervo do NETRAD/Universidade Federal Fluminense, 2019 – Carvalho, 2023, p. 97).

Por isso, dada à importância e urgência no atendimento das demandas sociais dessa parcela da população de Campos, que integra a “classe trabalhadora ampliada” (Antunes, 2004), na sua condição de desempregados, informais, subcontratados, terceirizados e precarizados, entende-se que se trata de um caso inspirador para a promoção de políticas públicas não somente na Favela da Margem da Linha, mas para todas as famílias e sujeitos sociais removidos de seus territórios para a implantação do mercado imobiliário, especulando terras até então desvalorizadas na região.

Também se entende de uma iniciativa de resistência que nasceu na própria periferia urbana, junto ao Centro Juvenil São Pedro (CSJP), com profissionais capacitados e sensíveis às demandas dos moradores. Defendeu-se tanto os direitos dos moradores que desejaram se mudar para os conjuntos habitacionais, quanto os direitos daqueles que almejavam resistir. E esse contexto possibilitou a insurgência de lutas e protestos na cidade, denunciando as remoções, diante do círculo vicioso da violência perpetrada pelas autoridades locais. Inclusive, audiências públicas foram feitas com o intuito de discutir o caso da favela. Veja-se que as lutas sociais são mecanismos contrários aos autoritarismos que se espraiam nos territórios periféricos, almejando alijar a população cada vez mais de suas resistências, identidades e organização política.

Pensamos neste estudo em uma possível articulação do caso da Favela da Margem da Linha com a metáfora do calidoscópio. Borges, Pereira e Aquino (2012) salientam a riqueza de se trabalhar com a diversidade humana, estabelecendo o valor da troca e da cooperação, compreendendo que se precisa de todos para que a sociedade se torne melhor e mais inclusiva. Assim, o “[...] calidoscópio precisa de todos os pedaços que o compõem. Quando se retira pedaços dele, o desenho se torna menos complexo, menos rico. As crianças se desenvolvem, aprendem e evoluem melhor em um ambiente rico e variado”. Esse pensamento é de Forest & Lusthaus (1997 *apud* Mantoan, 1998, p. 32), sendo refletido por Borges, Pereira e Aquino (2012, p. 5).

Nessa concepção, cada peça da sociedade é importante para compor a trama urbana, a convivência, estímulo à solidariedade e até mesmo a possibilidade de se exercer o legítimo

direito à cidade. Quanto aos conflitos, eles também são importantes, pois representam momentos em que os segmentos se organizam, se tornam atores políticos, ou seja, assumem o protagonismo ante as violências, exigindo a elaboração e execução de políticas públicas.

Por isso, se torna fundamental compreender que quando se retira algum componente de um lugar que ele construiu a vida há anos, como os moradores da Favela da Margem da Linha, a região vai se tornando menos rica, sobretudo de sua própria história, identidade e práticas culturais. Sobre isso, quem são hoje os moradores removidos da Favela da Margem da Linha? Será que eles se sentem pertencentes ainda ao antigo território?

A partir do caso da supracitada Favela, acreditamos que as demandas das populações das periferias urbanas precisam ser atendidas nos Conselhos de Direitos do Município e, se possível, com a criação de projetos de leis e emendas oriundas da Câmara Municipal, visando a melhoria da vida urbana, sobretudo de áreas que passaram pelo processo de gentrificação¹⁵. Conforme afirma Diegues (2013), por meio de canais públicos e plurais, os conselhos oportunizam aos sujeitos, a integração e participação no processo de planejamento, formulação e controle das políticas públicas, fomentando uma alocação mais justa dos recursos públicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos debruçamos nessa contribuição para mostrar as mazelas de um sistema de produção do espaço falho. A cidade de Campos simplesmente não se dedicou numa formação central que atendesse a todas as camadas sociais. Isso contribuiu para que a parte mais pobre que viesse morar na cidade tivesse problemas com a ocupação do solo

Notamos também que os empreendimentos financeiros estão se instalando cada vez mais nos territórios periféricos, promovendo os processos de gentrificação e, conseqüentemente, não dando a devida importância aos chamados “ralé”, os sujeitos que estejam residindo nas proximidades.

Junto aos empreendimentos financeiros, verificamos como o poder público sempre se coloca como mediador desses embates e acaba por favorecer sempre os mais abastados, em detrimento daqueles que teriam seus direitos a partir da ocupação pretérita, como a situação da Favela da Margem da Linha. O território é preenchido por uma história de vida e experiência dos trabalhadores do corte da cana, herdeiros de sua origem étnico-racial parda e negra, discriminados historicamente pelo racismo.

¹⁵ “(...) *gentrification*. É um processo que envolve a mudança de pessoas de maior renda para uma área anteriormente desvalorizada da cidade, deslocando as pessoas de menor renda dessa área (...)” (HARVEY, 2005, p. 178).

Trazemos neste estudo o caso da Favela da Margem da Linha novamente para o centro do debate de Campos, enquanto cidade, numa busca de equalizar os problemas com a regulamentação das moradias, investimentos em projetos sociais e educacionais, diminuição da barreira de diálogo entre a comunidade e os representantes do poder público municipal. Acreditamos os acontecimentos nesta periferia urbana representam uma fonte de inspiração para a promoção de políticas públicas na região, pois se trata de um grupo de moradores que, definitivamente, conseguiu enfrentar as decisões do poder público, barrar os seus interesses e se articular com profissionais e academias, na defesa de direitos.

Dessa forma, a associação de moradores poderá se organizar novamente, voltar a ter mais reuniões e articulações, caso haja maior incentivo da sociedade, já que é um dever de todos a luta por uma sociedade mais justa e inclusiva, visando cercear as ações que minimizem o acesso do direito à cidade e às políticas públicas. Ratificamos que devido aos processos de expansão do mercado imobiliário na região, a população residente na Favela da Margem da Linha ainda se encontra pressionada. Apesar de a última remoção ter sido no ano de 2014, não se sabe sobre a sua continuidade. É imprescindível o retorno da organização dos moradores e sua participação social efetiva nos espaços públicos e decisórios da sociedade, construindo junto com o poder público melhores condições de vida, que sejam dignas de se morar e estar na cidade.

6. REFERÊNCIAS

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

ARRUDA, A. P. S. N. de. **Política habitacional e remoção de favelas em cidades de porte médio**: a experiência do conjunto habitacional Aldeia em Campos dos Goytacazes. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – UENF, Campos/RJ, 2009.

BEZERRA, F. P. **Controle Social, Democracia e Administração Pública**. Controladoria-Geral da União, Presidência da República, 2021.

BORGES, M. C.; PEREIRA, H. de O. S.; AQUINO, O. F. Inclusão versus integração: a problemática das políticas e da formação docente. **Revista Iberoamericana de Educación**, n.º 59/3, p. 1-11, 2012. ISSN: 1681-5653

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República, Casa Civil.

CAMINHADAS E ENCONTROS. **Da Margem da Linha a Tapera 3**. Caterine Reginensi. Campos dos Goytacazes (RJ): Vimeo, 2018. Disponível em: <https://vimeo.com/355573122>. Acesso em: 09 out. 2019.

Campos recebe R\$ 46,8 milhões em royalties, **Folha 1**, Economia, 26 mar. 2024. Acesso em: 5 out. 2024.

CARVALHO, P. de S. **“Moradores da Margem”**: processo de segregação, remoção e resistência popular na periferia urbana de Campos dos Goytacazes/RJ. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social), Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, jan. 2023.

CARVALHO, P. de S. **Nas franjas da cidade**: a luta por direitos sociais na periferia de Campos dos Goytacazes(RJ). Trabalho Final de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes/RJ, 2019.

DIEGUES, G. C. O controle social e participação nas políticas públicas: o caso dos conselhos gestores municipais. **Revista NAU Social**, v.4, n.6, p. 82-93, 2013.

FARIA, T. de J. P. A dimensão espacial da espera no processo de remoção e erradicação de favelas. Territórios da espera em Campos dos Goytacazes. **Terceiro Milênio**, v. 5, n. 2, p. 57-84, jul./dez. 2015.

FARIA, T. P. Configuração do espaço urbano da cidade de Campos dos Goytacazes, após 1950: novas centralidades, velhas estruturas. *In*: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, **Anais (...)**, v. 10, p. 4778-4799, 2005.

GODOY, A. L. C. de.; OLIVEIRA, D. B. B. de.; ALIPRANDI, D. C. Da margem à luta por direitos: a Comunidade da Margem da Linha. **Terceiro Milênio**, v. 5, n. 2, p. 113-134, jul./dez. 2015.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística]. **Campos dos Goytacazes/RJ**. Acesso em: 5 out. 2024.

KOWARICK, L. **Viver em risco**: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34, 2009

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. BOITEMPO Editorial, s.a.

MENDES, J. T. N.; GOMES, M. A. S.; SIQUEIRA, A. M. da M. Políticas públicas, moradia popular e o programa morar feliz em Campos dos Goytacazes-RJ: uma análise acerca da favela margem da linha. **Revista Libertas**, v.14, p.1-20, 2014.

MOTA, A. E. A regressão civilizatória e as expropriações de direitos e das políticas sociais. **Argum.**, Vitória, v. 9, n. 3, p. 30-36, set./dez. 2017.

MOTHÉ, N. G. **Dinâmica socioespacial em zona de expansão urbana. Os impactos da implantação de novos empreendimentos na área ao entorno da Avenida Silvio Bastos Tavares em Campos dos Goytacazes/RJ**. Dissertação (mestrado em políticas sociais), UENF, 2011, p.1-99.

NEGRI, Silvio Moisés. Segregação sócio-espacial: alguns conceitos e análises. **Coletâneas do nosso tempo**, v. 8, n. 08, 2010.

OLIVEIRA, D. B. B. de. (et al). **À Margem da Linha: exclusão social X defesa e garantia de direitos**. Campos dos Goytacazes, 2012.

PREFEITURA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES. **Conselho aprova contas do Fundo Municipal de Assistência Social**. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, 2023.

PREFEITURA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES. **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social**, s.a.

REGINENSI, C. **ANTROPOARTE, um projeto de extensão ou como praticar etnografia**. 31 Reunião Brasileira de Antropologia, Brasília/DF, p. 1-16, dez. 2018.

SOARES, A. F. DA S. **Segregação socio espacial e desigualdade em Campos dos Goytacazes: uma análise a partir dos moradores da Favela Margem da Linha (2012 2016)**, Campos dos Goytacazes, 2018.

SOUZA, J. A cegueira do debate brasileiro sobre as classes sociais. **Interesse Nacional**, v. 7, p. 35-47, 2014.

SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. São Paulo, Ed. Leya, 2017.

SOUZA, T. da S. de.; SANTOS, J. C. dos.; PAES, R. da S. Gestão do território e ocupação de áreas irregulares: análise do caso da Favela Margem da Linha no município de Campos dos Goytacazes/RJ. **Revista Equador (UFPI)**, v. 5, n. 4, p. 164-186, 2016.

SPOSITO, M. E. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: Pedro Vasconcelos et. al. (Orgs). **A cidade contemporânea: segregação socioespacial**. São Paulo, ed. Contexto, 2013, p.61-94

VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

VASCONCELOS, P. Contribuições para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: Pedro Vasconcelos et. al. (Orgs). **A cidade contemporânea: segregação socioespacial**. São Paulo, ed. Contexto, 2013, p.17-38.

VIEIRA, N. P. Remoções de moradias e trabalho da/o assistente social: atualização de antigas requisições. In: RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. (orgs.). **A nova morfologia do trabalho no serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018. p. 181-202.

VILLAÇA, F. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos avançados**, v. 25, n. 71, p. 37-58, 2011.